

Análise da lucratividade na produção de leite e integração de suínos em uma propriedade rural do município de Veranópolis-RS

Aluno(a): Wagner Gromowski Costella
Orientador(a) no TCC I: Prof. Me. Cassio Klein
Orientador(a) no TCC II: Prof. Me. Cassio Klein
Semestre: 2024-02

Resumo

A agricultura está obtendo cada vez mais destaque no cenário nacional, baseando-se na produção de alimentos, matéria-prima e insumos, de extrema importância para economia mundial. Através dela, diversas culturas se evidenciam, como a pecuária leiteira e a integração de suinocultura. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar o desempenho de uma pequena propriedade rural familiar, que se sustenta a partir da pecuária leiteira e integração de suínos. Em relação aos procedimentos técnicos, este estudo foi aplicado em uma propriedade rural de economia familiar situada no município de Veranópolis-RS. A pesquisa se caracterizou como descritiva que tem por objetivo a observação, análise e registro, para demonstrar a relação entre fatos. A forma de abordagem trata-se de um estudo de caso onde utiliza-se uma metodologia quantitativa e descritiva. Para a obtenção do resultado efetuou-se um levantamento de custos e despesas fixas e variáveis em um período, além das receitas e impostos. Assim, com o resultado obtido, foi possível concluir que a atividade de integração de suinocultura demonstrou melhores resultados, assim apresentando um percentual de lucro 34,24%, totalizando uma receita anual líquida de R\$ 18.084,14 e, em contrapartida a pecuária leiteira, sob altos custos de produção, demonstrou um prejuízo de 16,36%, assim obtendo um valor negativo de R\$ 16.233,05. Nesse sentido, O estudo realizado contribui imensamente para a propriedade rural, em que se pode usar este estudo para análise e estudos futuros, onde está a primeira apuração realizado pela propriedade.

Palavras-chave: Contabilidade rural. Custos. Rentabilidade. Análise de rentabilidade.

1 Introdução

No atual cenário brasileiro, o desenvolvimento da agricultura familiar é responsável pelo percentual de sessenta e sete por cento dos estabelecimentos agrícolas no país, conforme último censo Agropecuário realizado em 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este fato responsabiliza-se por uma empregabilidade de dez milhões de pessoas, correspondendo a sessenta e sete por cento da força de trabalho em atividades agrícolas.

Para estabelecimentos enquadrados na agricultura familiar, apresenta-se uma vasta opção de atividades rurais, em que, famílias buscam sua sustentação, baseada em pequenas propriedades agrícolas, optando-se a escolher a melhor cultura, onde é possível apresentar maior rentabilidade ou as melhores condições impostas pela limitação de seu território rural, desse modo, dedicando-se a extrair o maior rendimento possível em uma ou mais atividades agropecuárias, buscando que consigam obter o melhor desempenho.

Para tal objetivo, destacam-se a criação de gado leiteiro, em que, segundo o Ministério

da Agricultura e Pecuária, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de leite, produzindo mais de trinta e quatro bilhões de litros por ano, empregando mais de quatro milhões de pessoas. Este número está distribuído entre um milhão de propriedades partilhada em noventa e oito por cento dos municípios do território nacional. Apresentando-se como um ramo agropecuário, em que, diversas famílias optam, podendo-se ser desenvolvida unicamente, ou em conjunto com outra atividade.

Com intuito de maior lucratividade, desenvolve-se uma atividade secundária, destacando-se a suinocultura. Esta atividade segundo a Embrapa (2021), o Brasil é o quarto maior produtor de carne suína do mundo, ficando atrás somente de China, União Europeia e Estados Unidos. Diante do alto número de alimento produzido, grande parte se destina a exportação, na qual consolida-se o país como o quarto maior exportador, em que, segundo a Associação Brasileira de proteína animal (ABPA, 2023), o Brasil alcançou a marca de 379,4 mil toneladas de carne suína exportadas para o exterior no primeiro quadrimestre do ano de 2023.

Em frente a todas estas informações, o produtor rural, dedica-se a administrar sua atividade da maneira em que a torne mais produtiva, buscando sempre a maior rentabilidade possível. Porém, é de extrema importância analisar a propriedade rural, com intuito de evidenciar se esta apresenta um desempenho satisfatório, evitando o máximo possível incorrer em resultados negativos que possam afetar a saúde financeira da atividade rural. Para tal, necessita-se apurar todos os custos de produção das atividades desenvolvidas na propriedade, que decorrem do processo produtivo, a fim de determinar qual é a lucratividade das atividades desenvolvidas na propriedade e qual é a que traz o melhor retorno para o empreendimento.

Diante da delimitação do tema proposto anteriormente, evidencia-se a necessidade de responder à questão de pesquisa desenvolvido neste trabalho, sendo quais os custos de produção das atividades desenvolvidas na propriedade rural em análise e qual a lucratividade que estas atividades geram para o atual ambiente de negócio?

A pesquisa tem por objetivo geral analisar os custos de uma propriedade rural e a lucratividade destas atividades, onde produzem concomitantes as atividades de criação de gado leiteiro e suinocultura. Da mesma forma, traz os seguintes objetivos específicos: levantar os custos e despesas com o gado leiteiro; levantar os custos e as despesas da suinocultura; calcular os custos de produção da atividade agrícola; calcular a lucratividade da atividade leiteira e suinocultura e comparar o resultado das atividades desenvolvidas na propriedade.

O estudo deste tema se justifica pela análise dos custos de produção de uma propriedade agrícola composta por 15 hectares, na comunidade de São Valentim, localizada no interior de Veranópolis. Está pesquisa é relevante para a propriedade rural, pois ajudará a ter uma melhor visualização da situação financeira de suas atividades, identificando pontos que há possibilidade de redução de custos e despesas e analisando-se a lucratividade de cada atividade. Além disso, outros trabalhadores rurais poderão se utilizar deste artigo, para a realização de um estudo em sua propriedade.

2 Referencial Teórico

2.1 Terminologia de custos

Para início do estudo acerca da contabilidade de custos, torna-se necessário a abordagem de tópicos para o desenvolvimento deste tema que seriam: gastos, investimentos, custos, despesas, perdas e desperdícios.

Sob o ponto de vista contábil, Padoveze (2014) considera gastos como todas as ocorrências de movimentações de pagamentos ou de recebimentos de ativo, custos ou despesa. Ou seja, considera-se gastos receber os serviços e os produtos para consumo em todo

o processo operacional, bem como os pagamentos recebimentos efetuados. Desse modo desde compra de mercadoria, material de uso e consumo ou até aquisição de uma máquina para imobilizado é considerado um gasto para a empresa.

Além disso, para Crepaldi (2023) gastos são encargos financeiros efetuados por uma entidade, na qual busca a obtenção de um produto ou serviço qualquer para a produção de um bem ou para a obtenção de uma receita. Representando por entrega ou promessa de entrega de ativos. Sendo que se considera gastos somente no momento em que existe o reconhecimento contábil da dívida ou da redução do ativo dado em pagamento. Sendo possível classificá-los em investimentos, custos, despesas, perdas ou desperdícios.

Segundo Crepaldi (2023), investimentos são todos os gastos ativados em função da utilidade futura de bens ou serviços obtidos. Na qual, é utilizado para a aquisição de um bem que entrará para o ativo da entidade. Os investimentos classificam-se de duas formas os investimentos circulantes, como matéria prima e produto para revenda, em que no momento de sua aquisição e torna-se custo ao ser utilizada para a geração do produto. Além disso os investimentos podem ser classificados como permanentes, como máquinas, equipamentos e instalações. Por esse motivo, os gastos para a obtenção de bens que se destinem aos estoques da entidade são considerados investimentos. Sendo que todo custo é um investimento, porém nem todo investimento considera-se um custo. Como, por exemplo a aquisição de um item para o imobilizado da empresa, na qual, não se classifica-se como custo.

Os custos para Martins (2018), é também um gasto, só que reconhecido no momento da utilização dos fatores de produção como bens e serviços, para a fabricação de um produto ou execução de um serviço. Como, a matéria-prima, em que no momento da aquisição é classificado como gasto, logo após se torna um investimento, e assim mantendo-se durante o tempo de sua Estocagem. Mas no momento da fabricação do bem, passa a ser classificado como custo da matéria-prima como parte integrante do bem. Além disso, pode-se utilizar a energia elétrica como um gasto no ato da aquisição, que passa a ser um custo no momento que torna-se parte do valor do custo do produto elaborado. Portanto o custo é todo gasto utilizado no processo de produção do produto.

Segundo Crepaldi (2023), despesas são gastos com bens e serviços não utilizados nas atividades de produção na indústria e consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas. Por este motivo, as despesas podem ser definidas como valores gastos com a comercialização e a administração das atividades empresariais. Exemplifica-se, como a comissão sobre vendas, pelo motivo em que não é um gasto com a produção do item, mas sim com a comercialização do produto. Além disso, outros produtos consumidos podem ser classificados, como custos ou despesa, a energia elétrica consumida na fábrica é considerado custo, pois está ligado diretamente a produção do bem, mas a conta de energia elétrica utilizada pelo departamento de vendas é classificado como despesa.

Ademais despesas para Crepaldi (2023) podem ser classificadas como diretas, ou indiretas. Sendo as despesas diretas estão interligadas diretamente ao faturamento, em que conforme ocorre a variação da arrecadação financeira, conseqüentemente o valor da despesa direta se altera na mesma proporção. São exemplos disso comissões de vendas, impostos diretos sobre o faturamento e fretes de entrega. Em contrapartida as despesas indiretas são aquelas que independe do faturamento, ou seja, independentemente do volume de vendas a variação das despesas não são proporcionais. Como por exemplo às atividades de suporte administrativo, salários e encargos sociais, aluguéis e condomínios.

Perdas para Crepaldi (2023), são bens ou serviços consumidos de forma anormal e involuntária, sendo um gasto não intencionais decorrentes de fatores externos, da atividade produtiva normal da empresa. Desse modo, um incêndio em que se danifica o estabelecimento da empresa ou um bem é considerado uma perda. Pelo motivo de ser uma diminuição do patrimônio da empresa, sendo uma redução de bem. Sendo possível classificá-los como

perdas normais ou anormais. Sendo as perdas normais as perdas decorrentes do próprio processo de produção, entretanto as perdas anormais são perdas que não estão previstas no processo de produção.

Segundo Padoveze (2014) desperdícios é um gasto que poderia ter sido evitado, pois é quando ocorre a realização de uma tarefa, na qual poderia ser realizada de forma mais eficiente ou mais eficaz assim diminuindo as perdas com recursos. Desse modo caracteriza-se como a eliminação de um item, em que com uma melhor destinação, seria possível evitar a perda de algum recurso.

2.2 Comportamento dos custos

Segundo Padoveze (2014) a evolução dos valores dos custos em relação ao volume da atividade denomina-se o comportamento de custos. Assim, torna-se como referência a relação que ocorre entre a variação dos custos e o volume de produção. Desse modo é possível classificá-los entre custos fixos e variáveis, além disso é plausível que ocorra a distinção de custos diretos ou indiretos.

Custos diretos conforme Padoveze (2014) são aqueles que é possível identificar fisicamente estabelecendo uma relação direta com o produto final. Desse modo, com a análise de uma linha de produção, onde apresenta-se o serviço de mão de obra para manusear a matéria-prima para o desenvolvimento de um objeto, pode-se classificar como um custo direto. pelo motivo que, é possível estabelecer uma relação direta entre o material e o serviço utilizado na elaboração com o produto pronto. Na qual possibilita-se a sua mensurar a sua no produto final, podendo-se classificar o valor do custo de forma objetiva.

Além disso segundo Padoveze (2014), os principais custos diretos são os materiais diretos e a mão de obra direta. Pelo motivo que, o material direto é de fácil identificação nos produtos em que fazem parte de sua estrutura. Além disso a mão de obra direta, representa todo gasto com salários e encargos sociais com os trabalhadores que manipulam diretamente o produto, durante o processo de elaboração até ficar pronto para a venda. Mas também, é possível adicionar outros gastos como custos diretos, desde que tenham uma relação direta, identificável e calculável com o produto e que não sejam atribuíveis a outros produtos.

Custos indiretos segundo Santos (2017), São os outros custos que complementam uma atividade e são incorridos de forma indireta ou geral, beneficiando, dessa maneira, todos os bens ou serviços produzidos ou serviços prestados. Sendo insumos que são necessários durante o processo de elaboração para que seja possível a obtenção do produto final, mas que não mantem nenhuma relação direta, como os gastos com limpeza segurança e depreciação. Desse modo, segundo Crepaldi (2023) são os custos que não se podem identificar diretamente com os produtos. Desse modo a apropriação do gasto é só feita a partir de critérios de rateio. Portanto é todo custo que não está vinculado diretamente a cada unidade do produto, mas sim ao processo de fabricação.

Ademais para Padoveze (2014), custos indiretos são todos os gastos que não se considera diretos. Sendo assim são os produtos que são utilizados, mas não é possível alocar de forma direta e objetiva ao produto. Desse modo, custos indiretos caracterizam-se, por não serem específicos dos produtos finais, assim apresentando uma relação indireta. são exemplos disso os gastos com gerência e a diretoria da fábrica, pois estes trabalham na organização do local de produção onde contempla todos os produtos da fábrica, não sendo específico para algum produto. Portanto só é possível mensurar a sua participação através da elaboração de critérios de distribuição, na qual pode se utilizar estratégias, como rateio, alocação ou através de estimativa do valor aproximado, em que a empresa determina qual é o valor do custo indireto produção de cada produto final.

Segundo Padoveze (2014), os custos podem ser classificados em Fixos ou variável. Sendo assim os custos fixos também denominado de custo de capacidade

caracteriza-se por não apresentar alteração de valores com as mudanças, para mais ou para menos, do volume produzido ou vendido dos produtos finais. Desse modo o valor do custo tende-se a se manter constante, assim não ocorrendo variação dos valores dos custos dependendo da quantidade de unidades produzidas. Portanto em uma indústria ela apresentará durante um determinado período de tempo, sempre um custo constante, independentemente da quantidade de itens que passam pelo processo da elaboração.

Além disso Padoveze (2014), conceitua custos variáveis como os custos cujo montante em unidades monetárias varia na proporção direta das variações do nível de atividade a que se relacionam. Desse modo tendo como referencial o volume de produção, os custos variáveis são aqueles que, em cada alteração da quantidade produzida ou vendida, terão uma variação direta e proporcional em seu valor. Por isso, se no processo de elaboração do produto a quantidade produzida aumentar, conseqüentemente o custo aumentará na mesma proporção. Mas se a quantidade diminuir, o custo também diminuirá na mesma proporção. Portanto toda a variação que ocorrer na quantidade produzida acarretará em uma variação equivalente no custo variável de produção.

2.3 Componentes dos custos

Segundo Osni (2015) o custo de fabricação é composto por três elementos sendo os materiais, mão de obra e gastos gerais de fabricação. sendo que material são objetos utilizados no processo de fabricação, podendo ou não entrar na composição dos produtos. Desse modo é possível classificá-los como custo com matéria-prima, material secundário, material auxiliar e material de embalagem.

Segundo Osni (2015), a matéria prima é a principal substancia na fabricação de um produto. Na qual é o item mais utilizado em relação a todos os outros materiais, onde é possível ver sua predominância. Nesse sentido, em uma indústria de confecções o material mais utilizado é o tecido, sendo este classificado como matéria prima. Além disso, os matérias secundários, que são os materiais aplicados na fabricação em menores quantidades que a matéria-prima. Desse modo, eles entram na composição dos produtos, juntamente com a matéria-prima, para ser um complemento para o desenvolvimento do produto, ou melhorando o seu acabamento. Para uma indústria de confecções, o material secundário é como os botões, zíper e linhas, na qual são necessários para a confecção dos produtos.

Ademais segundo Osni (2015), os materiais auxiliares são aqueles consumidos no processo de fabricação, porém, sem integrar os produtos. Sendo que os para a apuração de gastos com esses materiais atribuir eles aos custos de fabricação, é feito de forma semelhante a apuração dos gastos com matérias-primas. Mas também é preciso de material de acondicionamento e embalagem, na qual compreendem tanto aqueles utilizados para embalar os produtos visando protegê-los antes mesmo que deixem a área de produção, como também aqueles utilizados para acondicionar ou embalar os produtos no momento da venda.

Segundo Martins (2018) é possível classificar a mão de obra de forma direta ou indireta, na qual onde o operário que movimenta um torno ou uma prensa, por exemplo, trabalhando um só produto ou componente de cada vez, classifica-se como Mão de Obra Direta. Porém, se outro operário trabalha supervisionando quatro máquinas, onde cada uma executando uma operação num produto diferente, em que não é possível verificar quanto cada produto consome do tempo total daquela pessoa, classifica-se como mão de obra indireta.

Segundo Padoveze (2014) mão de obra direta, denomina-se como todos os gastos com o pessoal envolvido diretamente na produção dos produtos finais da empresa. Na qual, refere-se ao gasto com os integrantes que tem contato direto com o processo de fabricação dos produtos finais, desde a manipulação das matérias-primas até a montagem e a expedição dos produtos acabados, mas também opera os equipamentos dos processos necessários para a elaboração dos produtos finais. Desse modo, para que ocorra a mensuração dos esforços do

trabalhador, em processos que envolve diretamente a manutenção dos produtos ou em processos que envolve máquinas e equipamentos de transformação dos matérias, a maneira mais utilizada para medir é a quantidade de tempo despendida nos processos. Na qual, por muito tempo é o pagamento deste tipo de mão de obra é calculada pelas horas trabalhadas.

Para Martins (2018) a mão de obra indireta pode ser classificada em aquela que pode, com menor grau de erro e arbitrariedade, ser alocada ao produto, como a de um operador de grupo de máquinas e aquela que só é apropriada por meio de fatores de rateio, de alto grau de arbitrariedade, como o das chefias de departamentos etc.

Para tal segundo Padoveze (2014) classifica-se mão de obra indireta, como os gastos com todos os demais funcionários que não considerados diretos, na qual caracteriza-se por não ser exclusiva de um produto ou de produtos finais e por trabalhar para determinadas atividades de apoio à fábrica, necessários para todos os produtos. Mesmo que o esforço seja direcionado para um produto, não há um processo repetitivo de esforço despendido para os produtos. Portanto classificam-se os profissionais indiretos que trabalham para as atividades dos setores e departamentos de apoio à produção, assim não se envolvendo diretamente com o produto final.

Segundo Padoveze (2014) os demais gastos que recaem nas indústrias, em que não se classificam-se como matérias e mão de obra direta, são denominados com uma classificação genérica de gastos gerais de fabricação. Sendo estes todos os demais gastos com o desenvolvimento das atividades industriais, na qual classificam-se das necessidades de trabalho das pessoas engajadas nos processos produtivos e nos processos de apoio à produção, bem como dos equipamentos e imóveis. São exemplos disso, como energia elétrica, água e esgoto e aluguéis de imóveis. Para tal, não é possível uma alocação de maneira objetiva a cada produto, portanto se classificando como gasto geral de fabricação.

2.4 Métodos de custeio

Segundo Martins (2018) devido as diversas necessidades para o planejamento, controle e avaliação de estoques, é comum que empresas adotem sistemas de custeios. Na qual é preciso ser implantado gradativamente junto com o aumento da qualificação dos funcionários, que são os responsáveis por repassar as informações para o sistema. Nesse sentido é preciso analisar a diferença entre os seguintes métodos de custeios, sendo eles custeios por absorção, sistema de custeio ABC, custo padrão e custeio variável.

Segundo Padoveze (2014) o custeio por absorção é o método legal e fiscal que se utiliza, na qual apenas os gastos da área industrial são utilizados para formar o custo unitário dos produtos e serviços, na qual é consistente com o modelo oficial de apuração dos resultados das empresas. Nesse sentido, tal método se caracteriza-se por utilizar os custos industriais diretos e indiretos, por meio de rateio, não utilizando os gastos administrativos e comerciais. Desse modo a apuração dos custos é feita através do somatório dos custos dos produtos e serviços vendidos no período.

Para obter os custos de fabricação utiliza-se o método de três estágios, em que segundo Padoveze (2014), utiliza-se o conceito de departamentalização, ocorre de acordo com as contas representativas das despesas da fábrica que são acumuladas para cada um dos setores existentes, que seguem o processo fabril e a hierarquia da organização. Desse modo, o início do processo ocorre quando é apurado seguindo uma classificação por departamentos ou centros de custos contábeis os custos com a fabricação. na qual o primeiro estágio se resume na distribuição de despesas comuns aos setores da fábrica, em que é o momento em que se torna possível, a mensuração de um custo horário dos setores diretos responsáveis pelos processos fabris que interferem na elaboração dos produtos.

No estágio dois segundo Padoveze (2014) é o momento em que ocorre a Distribuição dos setores indiretos de cada divisão para os centros diretos da divisão. Em que, necessita-se

do segundo processo de absorção, para tal consiste na absorção do total de seus gastos pelos setores diretos de produção na proporção dos valores de cada um. Desse modo, é onde ocorre a distribuição dos custos indiretos do setor fabril para cada um dos setores de produção da indústria. Para tal, necessita-se que exista um processo de distribuição estabelecido, assim garantindo que a absorção dos custos dos setores indiretos de cada divisão está sendo feita dentro de cada uma delas.

No terceiro estágio, ocorre a distribuição dos setores indiretos gerais da fábrica para os centros diretos da divisão. Em que segundo Padoveze (2014) é o estágio de absorção, em que os setores indiretos da administração geral da fábrica são absorvidos pelos setores diretos. em que, os custos da fábrica são totalmente absorvidos pelos setores que executam os processos básicos da elaboração dos produtos da empresa, assim completando o ciclo de absorções. Para tal, é preciso que seja estabelecido um critério de rateio, em que se utiliza a relação de produtos fabricados e horas necessárias para os processos existentes. Desse modo através de um levantamento de quanto tempo é necessita-se para o desenvolvimento do produto, possibilita-se a obtenção dos custos dos setores diretos. Portanto esse processo possibilita-se obter o custo de fabricação unitário total para cada produto

O sistema de custeio ABC, também conhecido como *activity based costing*, consiste segundo Osni (2015) em um sistema caracterização do custeio pela atribuição dos custos indiretos aos produtos, por meio de atividades, na qual a nomenclatura ABC é atribuída pela vinculação dos custos indiretos de fabricação aos produtos de forma mais justa que as formas adotadas pelos sistemas tradicionais, fundamentando-se pelo fato de que as atividades consomem recursos e os produtos consomem atividades. Na qual, se difere do sistema de custeio por absorção pelo motivo que no sistema por departamento fundamenta-se no fato de que o departamento beneficiado pelo serviço de outro deve ser onerado pela carga de custo indireto de fabricação, gerada em função do respectivo serviço.

Desse modo segundo Osni (2015), é preciso a utilização dos direcionador, em que é o fator que indica a relação entre o consumo do recurso e a atividade ou entre as atividades e os produtos. Nesse sentido, é possível a análise do direcionadores de primeiro estágio, em que se denominam como direcionadores de custos ou de direcionadores de recursos, que se tornam as medidas que servem de parâmetro para custear atividades, assim indicam como as atividades consomem recursos. Logo após, no segundo estágio, também denominados de direcionadores de atividades, são utilizados para a alocação dos custos acumulados nas atividades, para os produtos, assim sendo as medidas que servem de parâmetro para custear produtos, com intuito de indicar como os produtos consomem as atividades.

Após a análise dos direcionadores, para a atribuição dos custos indiretos de fabricação aos produtos pelo sistema ABC precisa ser feita observando-se um esquema técnico. Em que, segundo Osni (2015) se inicia em departamentalização, na qual é preciso que seja criado centro de custos para que seja possível a aplicação do custeio por atividades. Assim possibilitando que ocorro a identificação dos gastos comuns a todos os departamentos, consistindo na acumulação em um único centro de custos próprio. Na terceira etapa, na qual ocorre a distribuição dos gastos comuns a todos os departamentos. Em que, inicialmente segrega os gastos em parcelas que correspondem as despesas e a parcela relativa aos custos, assim possibilitando-se a alocação em cada centro de custo correspondente.

Com os gastos já direcionado ao departamento referente a quarta etapa segundo Osni (2015) consiste na identificação e acumulação dos gastos incorridos em cada departamento. Após realiza-se a quinta etapa consiste na identificação das atividades realizadas em cada departamento, onde elabora-se uma relação com as todas atividades que são desenvolvidas no departamento. Com a relação de todas as atividades desenvolvidas na sexta etapa, elege-se as mais expressivas, sendo estas que normalmente justificam a existência do departamento. Por fim a sétima e oitava etapa consiste na atribuição de custos às atividades. Onde os custos

indiretos de fabricação são designados para cada atividade correspondente e seu respectivo custo. Desse modo é possível realizar a oitava etapa que a atribuição de custos ao produto. Isso possibilita-se a partir dos momentos em que os gastos estão devidamente acumulados nas atividades. Portanto, após a realização de todas as etapas anteriores, possibilita-se a alocação do custo diretamente ao produto.

O terceiro método de custeio denomina-se custo padrão, que segundo Osni (2015) é um custo estimado, ou seja, calculado antes mesmo de se iniciar o processo de fabricação. Em que, baseado nos custos de produção de períodos anteriores, a empresa industrial pode fixar um custo modelo como padrão para cada produto a ser fabricado. Assim, define-se o padrão para os gastos com materiais, mão de obra e gastos gerais de fabricação. Na qual, quanto maior for o detalhamento do padrão em relação a cada elemento componente do custo, melhores são os resultados obtidos.

Nesse sentido, segundo Osni (2015) o custo padrão constitui importante instrumento para a administração avaliar o desempenho da produção, sua principal utilidade é de servir como base para tomadas de decisões enquanto não se conhece o custo real da fabricação do produto. Nesse sentido, utiliza-se esse método para planejamento futuro, tendo como base valores utilizados em períodos anteriores, para calcular um valor aproximado do desenvolvimento do produto.

Segundo Crepaldi (2017) o método de custeio variável, ou custeio direto, é baseado em um sistema de custos que considera como custo de produção de um período apenas os custos variáveis incorridos, desprezando os custos fixos, os quais são tratados como despesas do período. Nesse método, o custo unitário de produção do período será calculado através do total de custo variável dividido pela quantidade produzida, assim possibilitando que o custo fixo seja apropriado direto ao resultado do exercício, não passando pelo estoque. Fundamentando-se na separação dos gastos em gastos variáveis e gastos fixos. Portanto, no critério de custeio variável, só são apropriados aos produtos os custos variáveis, ficando os custos fixos separados e considerados como despesas do período.

Além disso, segundo Crepaldi (2017) neste método todos os custos variáveis apresentam uma vantagem, pois são alocados aos bens ou serviços, de forma direta ou indireta, assim possibilitando, que se encontre a margem de contribuição unitária de cada produto, podendo, servir como instrumento de decisão de curto prazo. Já os custos fixos não são alocados aos produtos e sim considerados despesas do período, assim evita-se que eventuais erros, provocadas pelo rateio dos custos fixos, venham a afetar o cálculo do custo dos produtos.

Para Padoveze (2014), O custeamento variável, é considerado inadequado para fins legais e fiscais, pois não incorporar os custos industriais indiretos, assim não se pode utilizar para avaliação dos estoques industriais a custo. Desse modo inibe-se a sua utilização nas empresas pois, obrigaria a ter dois sistemas de custeio, um baseado no método variável, para fins gerenciais, e outro método, para utilização legal e fiscal. Portanto, este método é efetivo para servir como projeção de custos e gerenciamento de gastos, porém pela não utilização dos custos indiretos não se considera um método legal e fiscal.

2.5 Análise da lucratividade

Para Padoveze (2014), a análise da rentabilidade talvez seja a melhor dentre as que podem ser obtidas a partir dos demonstrativos contábeis, tendo em vista que uma rentabilidade continuamente adequada é o maior indicador da sobrevivência e sucesso da empresa. Neste sentido. A análise da rentabilidade deve ser feita rotineiramente. Entretanto, a complexidade dessa análise, é importante que as conclusões extraídas dos números sejam consistentes. Desse modo base conceitual para a análise de rentabilidade é o método de

custeamento de produtos, ou seja, a metodologia utilizada para a apuração do custo unitário dos produtos.

Para a análise da rentabilidade em uma produção com o único produto segundo Padoveze (2014), extremamente simples porque, utilizando-se um método de apuração do custo unitário, bastando-se o custo unitário obtido com o preço de venda. Porém, em empresas que produzem mais de um produto simultaneamente é preciso realizar os dados dos custos unitários, associando-os aos gastos fixos, com o total do volume vendido, dentro de um período estabelecido. Desse modo, obtém-se a estimativa do valor do lucro, em que é possível obter com a comercialização dos produtos produzidos. Assim, possibilita-se uma análise da rentabilidade da empresa, com intuito de obter a melhor lucratividade para a empresa.

3.0 Aspectos metodológicos

3.1 Delineamento da pesquisa

3.1.1 Tipologia em relação aos procedimentos técnicos

Referente aos procedimentos técnicos, é realizado um estudo de caso relacionado a uma propriedade rural. Nesse sentido, o estudo de caso se compreende conforme Cervo e Bervian (2002), é uma pesquisa sobre um determinado indivíduo, grupo ou família, em que busca examinar aspectos variados de sua vida. Além disso, segundo Yin (2015), como um estudo utilizado em diversas situações, com intuito de contribuir para o conhecimento dos fenômenos individuais ou em grupos. Nesse sentido este método de estudo surge com a necessidade diferenciada de entender fenômenos sociais complexos, assim permite-se que os investigadores busquem o estudo de um “caso”. Assim, sendo uma observação empírica, de um fenômeno atual, dentro do contexto da vida real, especialmente quando se desconhece os limites entre os fenômenos. Ademais, segundo Gil (2019), se baseia em no estudo profundo de um ou poucos objetos, em que permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Portanto, utiliza-se este procedimento utiliza-se de uma análise de um grupo, com o intuito de obter conhecimento sobre a seleção pré-definida.

3.1.2 Tipologia em relação aos objetivos

Em relação aos objetivos a tipologia utilizada é a descritiva, na qual segundo Cerco e Bervian (2002), a pesquisa descritiva, tem por objetivo a observação, análise e registro, com intuito de apresentar uma relação entre os fatos sem o manipular-los. Nesse sentido, compreende-se em um trabalho, em que apresenta e analisa informações sobre uma propriedade rural.

3.1.3 Tipologia em relação à forma de abordagem do problema

A forma de abordagem do problema trata-se de uma metodologia quantitativa que segundo Marconi e Lakatos (2022), em que se busca expressar as relações funcionais entre as variáveis e identificar os elementos básicos do fato estudado, evidenciando a evolução das relações entre diferentes elementos. Para tal vale-se da coleta de dados para testar hipóteses, com base na medição numérica e na análise estatística. Neste sentido, este trabalho tem como base dados quantitativos, que posteriormente utiliza-se como objeto para análise.

3.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

Inicialmente desenvolve-se uma revisão literária sobre a terminologia dos custos, juntamente com seus comportamentos. Após, é realizada uma descrição dos componentes dos custos, para que se torna possível o estudo dos métodos de custeio, concluindo-se através do estudo da análise da lucratividade. Para tal, utiliza-se como a base do material teórico a

consulta em livros. Em que, posteriormente desenvolve-se um estudo de caso, com intuito de analisar os custos de uma propriedade rural e a lucratividade destas atividades.

4. Resultados da pesquisa

4.1 Caracterização do estudo de caso

As informações para o desenvolvimento do estudo de caso, tem como base uma propriedade rural, localizada no interior de Veranópolis – RS, na Linha Marques do Herval, Número 4300, na comunidade de São Valentim. A propriedade contempla uma área total de 15,1ha, sendo que desta totalidade, 1,68ha enquadra-se como área de preservação permanente (APP), sendo o total de área utilizável de 13,42ha. A propriedade se utiliza de mão-de-obra familiar, em que, seus proprietários, com auxílio de seu filho, desenvolvem todas os serviços referente a rotina diária. A Propriedade em estudo, utiliza a área para o desenvolvimento de três atividades, sendo elas: a pecuária leiteira, integração de suinocultura e pecuária de corte. Mas para a realização do estudo deste trabalho levou-se em consideração somente duas atividades, a pecuária leiteira e integração de suínos, devido a relevância e proporcionalidade na receita de atividade rural.

Inicialmente, a atividade de bovinocultura leiteira consiste na criação de vacas das raças Jersey e Holandesa, na qual sua alimentação é produzida na propriedade. Baseando-se em silagem, e pastagem de inverno e verão, sendo suplementada com ração específica para a produção, na qual é adquirida de terceiros. Já a coleta do leite é realizada através do processo de ordenha do gado, realizado duas vezes ao dia. Após, ocorre a armazenagem na temperatura ideal do produto por aproximadamente um período máximo de 48 horas, até que se efetua a coleta pela empresa de destino do leite. No decorrer do ano base do estudo, a propriedade associou-se a duas cooperativas, inicialmente da competência de janeiro até o mês de maio, o leite foi vendido para a Cooperativa Agro Pecuária Petrópolis Ltda (PIA). Esta cooperativa, por motivos internos, parou de adquirir a produção. Por esse motivo, a propriedade passou a destinar a produção para a Cooperativa dos Produtores de Leite de Serafina LTDA (COOPERLATE) do mês de junho em diante.

A segunda atividade é a suinocultura, que é baseada no processo de integração, onde a empresa JBS Aves LTDA, repassa à família a quantidade aproximada de 500 suínos, que consiste na quantidade máxima que a propriedade tem estrutura e capacidade para abrigar, estes que passam por um período de engorda, possuindo entorno de um período de cento e dez dias na propriedade, desde a sua chegada com aproximadamente vinte e dois quilos até chegar ao peso necessário para o abate de entorno de cento e trinta e cinco quilos. Durante este período a empresa fornece toda a alimentação e matérias de uso interno, como medicamentos para tratamento de doenças. Em contrapartida, o produtor precisa ser responsável pela distribuição da alimentação e fornecimento da água, aliado com os cuidados diários com os animais. Além disso, é preciso oferecer toda a infraestrutura para o alojamento dos animais e apresentar uma destinação para os dejetos produzidos pelos mesmos. Estes, são utilizados internamente na propriedade como fertilizantes, para a produção de culturas de inverno e verão da propriedade.

4.2 Investimentos da propriedade rural

Os bens e equipamentos agrícolas listados a seguir são utilizados na propriedade para o desenvolvimento das atividades desempenhadas no local. Estes, utiliza-se o critério de avaliação pelo atual valor de mercado, além disso o cálculo da depreciação foi realizado pelo método linear e demonstrado de forma anual. Inicialmente, demonstra-se na tabela 1, na qual consistem em itens de uso único e exclusivo para o desenvolvimento da atividade de Pecuária Leiteira. Estes compreendem em instalações e equipamentos utilizados no processo de

ordenha e armazenamento do Leite, em conjunto com máquinas e implementos agrícolas, necessário para a produção da sua alimentação.

Tabela 1 – Instalações e Equipamentos utilizados na pecuária leiteira

Item	Descrição	Aquisição	Valor do bem	Valor residual	Vida útil	Depreciação anual
1	Sala de ordenha	jan/08	20.000,00	0	15 Anos	1.333,34
2	Ordanhadeira	fev/08	3.500,00	0	10 Anos	350,00
3	Refrigerador de leite	jun/21	4.800,00	0	10 Anos	480,00
4	Conjunto de ordenha	fev/22	2.400,00	0	10 Anos	240,00
5	Esterqueira de alvenaria	jan/08	3.000,00	0	10 Anos	300,00
6	11 Vacas	2018	3.200,00	0	8 Anos	400,00
7	5 Novilhas	2021	4.500,00	0	10 Anos	450,00
8	Garagem para máquinas	ago/11	70.000,00	0	20 Anos	3.500,00
9	Trator Valtra BL77	jun/11	85.000,00	0	15 Anos	5.666,67
10	Trator Valmet 78	fev/02	38.000,00	0	15 Anos	2.533,33
11	Caçamba forrageira basculante	out/21	31.000,00	0	10 Anos	3.100,00
12	Carreto agrícola	mai/06	6.000,00	0	10 Anos	600,00
13	Grade Arradora	fev/17	27.000,00	0	10 Anos	2.700,00
14	Grade niveladora	jan/09	5.000,00	0	10 Anos	500,00
15	Ensilhadeira JF C120	jan/15	14.500,00	0	10 Anos	1.450,00
16	Pulverizador Rubemaq 400L	jul/20	13.000,00	0	10 Anos	1.300,00
17	Plantadeira Vence Tudo	set/16	9.000,00	0	10 Anos	900,00
18	Colhedora de Grão	abr/09	12.500,00	0	10 Anos	1.250,00
19	Distribuidor de Adubo	fev/19	3.500,00	0	10 Anos	350,00
20	Plaina Lâmina Traseira	fev/03	3.000,00	0	10 Anos	300,00
21	Distribuidor de adubo líquido	mai/13	15.000,00	0	10 Anos	1.500,00
Total			373.900,00			29.203,34

Fonte: elaborado pelo autor

Os objetos listados na tabela 2 são de uso exclusivos para a integração de suinocultura, na qual é constituído por instalações e equipamentos de uso específico para a utilização e manutenção da atividade, durante o período de engorda em que os animais permanecem na propriedade, onde tem o objetivo de fornecer a acomodação e alimentação para os suínos.

Tabela 2 – Instalações e equipamentos utilizados na integração de suínos

Item	Descrição	Aquisição	Valor do bem	Valor residual	Vida útil	Depreciação anual
1	Pocilga	fev/00	200.000,00	0	15 Anos	13.340,00
2	Silo a granel	mai/16	11.000,00	0	10 Anos	1.100,00
3	Esterqueira de alvenaria	fev/00	16.000,00	0	10 Anos	1.600,00
4	Esterqueira de lona	mai/12	5.000,00	0	10 Anos	1.100,00
5	Caixa de água 2.000L	jan/22	800	0	10 Anos	80,00
6	Escritório em alvenaria	jul/06	3.000,00	0	15 Anos	200,10
Total			235.800,00			17.420,10

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 3 localizam-se os demais bens, equipamentos e instalações que a propriedade possui para uso geral, assim são utilizados para o desenvolvimento e a manutenção de todas as atividades agrícolas da fazenda. Desse modo, lista-se os bens que se utiliza para a realização das atividades da propriedade rural.

Tabela 3 – Instalações, máquinas e equipamentos de uso em geral da propriedade

Item	Descrição	Aquisição	Valor do bem	Valor residual	Vida útil	Depreciação anual
1	Gerador de Energia 40KVA	mai/21	23.000,00	0	15 Anos	1.533,33
2	Poço artesiano equipado	jun/22	35.000,00	0	10 Anos	3.500,00
Total			58.000,00			5.033,33

Fonte: elaborado pelo autor

4.3 Custos Fixos da Propriedade Rural

Os custos fixos listados a seguir, inicialmente são relacionados ao desenvolvimento da pecuária leiteira, estes com o objetivo de manutenção de equipamentos de uso constante, na qual se utilizam na produção e armazenagem do produto e da alimentação para os animais. Estes custos fixos estão sendo demonstrados na tabela 4, sendo calculados durante o período anual.

Tabela 4 – Custos fixos da pecuária Leiteira

Descrição	Valor Anual
Mão de obra terceirizada	R\$ 1.400,00
Manutenção de Tratores	R\$ 1.700,00
Manutenção de Implementos Agrícolas	R\$ 3.500,00
Manutenção de Instalações	R\$ 5.000,00
Diesel	R\$ 8.400,00
Lona Preta e Branca Pacific 8M Largura	R\$ 2.029,20
Total	R\$ 22.029,20

Fonte: elaborado pelo autor

Com o objetivo da manutenção da atividade de suinocultura, ela apresenta apenas um custo específico a ela. Este, consiste na mão-de-obra de terceiros, em que se utiliza no momento da retirada dos suínos da propriedade rural, onde a propriedade desembolsa o valor no processo de retirada dos animais até o caminhão que efetuará o transporte para a empresa. Tal custo, está especificado na tabela 5, a seguir:

Tabela 5 – Custos fixos da atividade de integração de suínos

Descrição	Valor Anual
Mão de obra terceirizada	R\$ 2.700,00
Total	R\$ 2.700,00

Fonte: elaborado pelo autor

Na sequência, demonstra-se os custos fixos gerais da propriedade, que correspondem aos gastos para a utilização em todas as atividades da propriedade rural. Onde compreende-se por gastos com internet e energia elétrica, estes utilizados por ambas culturas produzidas na

propriedade. Nesse sentido, lista-se na tabela 6, apresentando os seguintes gastos.

Tabela 6 – Custos fixos da propriedade

Descrição	Valor Anual
Internet	R\$ 1.198,80
Energia elétrica	R\$ 6.415,00
Total	R\$ 7.613,80

Fonte: elaborado pelo autor

4.4 Custos Variáveis da Propriedade Rural

Os custos variáveis correspondem aos gastos que oscilam durante o período, variando de acordo com produção. Nas atividades desenvolvidas na propriedade, o sistema de integração de suínos, não apresenta custos variáveis, visto que todos os insumos necessários são ofertados pela empresa, desde o alimento até materiais utilizados. Já a atividade de pecuária tem diversas demandas para suprir as necessidades da produção da silagem, e as pastagens, que é utilizada para a alimentação do rebanho de animais, além de medicações e outros insumos, sendo estes listados a seguir na tabela 7.

Tabela 7 -Custos variáveis da Pecuária Leiteira

Insumos	Quantidade	Valor	Valor Total
Semente de milho Biomatrix BM 3051	6	186,00	1.116,00
Semente de milho Biomatrix BM 270	1	186,00	186,00
Semente de Milheto Fiscalizada 25Kg	3	77,49	232,47
Semente de Capim Sudão 25Kg	3	153,00	459,00
Semente de Azevém 25kg	8	187,00	1.496,00
Semente de Aveia 40kg	15	145,00	2.175,00
Ração bovino Top 22% 40Kg	132	94,50	12.474,00
Ivomec Injetavel Boehringer 50ml	3	25,24	75,72
Bactrovet Spray Prata Am Konig 500	6	21,34	128,04
Ripercol L 150f 250 MI	6	47,00	282,00
Floramax Pasta Bovino	4	25,31	101,24
Genesis Iver Pour 1L	4	177,75	711,00
Pencivet Plus Ppu Msd 50MI	5	33,09	165,45
Maximo Pour On Biovet 1L	6	41,51	249,06
Terramicina la Zoetis 50 MI	3	18,68	56,04
Ganaseg 7% Elanco 30 MI	2	43,79	87,58
Maxican 2% injetavel	2	86,83	173,66
Mastijet Vaca Seca Bisnaga	32	15,26	488,32
Topline Spray Boehringer 400MI	3	28,80	86,40
Calfon Oral Bayer 350ml	5	45,17	225,85
Glifosato 72 Wg Alamos 5Kg	2	377,33	754,66
Soberan Bayer Onu 3082 1L	2	1.166,60	2.333,20
Aureo Bayer 5L	3	109,25	327,75
Connect Bayer Onu 5L	2	443,63	887,26

Atrasina 500 Sc 20L	1,5	756,60	1.134,90
Continuação da tabela na página seguinte			
Continuação da tabela apresentada na página anterior			
Sal Moído 25 Kg	20	58,80	1.176,00
Sal Mineral 25Kg	4	182,00	728,00
Papel Toalha Creme Lopes	26	18,85	490,10
S-100 Weizur 5L	23	126,90	2.918,70
Total			31.719,40

Fonte: elaborado pelo autor

4.5 Custos com mão de obra

A propriedade rural é baseada na utilização de mão de obra familiar, na qual dois indivíduos dividem as tarefas diárias da propriedade, buscando sua sustentação. Por esse motivo, se estabelece um valor mensal de um salário mínimo por integrante, na qual corresponde ao valor de um mil, trezentos e vinte reais mensais no ano base. Este valor é considerado na tabela 8 a seguir, para a obtenção dos gastos gerais dos serviços realizados por ambos.

Tabela 8 - Custos com mão de obra

Mão de obra Anual	Nº de indivíduos	Total
15.840,00	2	31.680,00

Fonte: elaborado pelo autor

4.6 Custos totais de produção

Com todos os custos fixos e variáveis e a depreciação já apurados anteriormente, torna-se possível a obtenção do custo total de produção de ambas as atividades produzidas na propriedade. Com este objetivo, precisa-se realizar o rateio de alguns gastos, como depreciação de uso geral, custos fixos gerais e mão-de-obra familiar. Para isso, é estabelecido o critério para a divisão de setenta por cento como gastos com a pecuária leiteira e trinta por cento referente a atividade de integração de suínos, este que baseia-se no tempo utilizado para o desenvolvimento de cada cultura. Assim, utilizando-se como referência este percentual, possibilita-se a obtenção do total dos custos referente as culturas desempenhadas na propriedade em estudo. Por esse motivo, lista-se na tabela 9 a seguir, os gastos já divididos na proporção acima.

Tabela 9 - Custos totais de produção

Gastos	Pecuária Leiteira	Integração de Suínos
Depreciação s/ instalações e equipamentos	29.203,34	17.420,10
Depreciação s/ equipamentos de uso em geral	3.523,33	1.510,00
Custos fixos específico de cada atividade	22.029,20	2.700,00
Custos fixos s/ equipamentos de uso em geral	5.329,66	2.284,14
Custos Variáveis	31.719,40	0,00
Mao de obra familiar	22.176,00	9.504,00
Total	113.980,93	33.938,24

Fonte: elaborado pelo autor

4.7 Demonstração do resultado da propriedade

Com o intuito de obter o resultado que a propriedade apresenta, efetua-se a soma de todas as receitas do ano, assim obtendo o faturamento anual de cada atividade da propriedade, representado pelo valor de R\$ 99.236,42 com receita da pecuária leiteira e R\$ 52.814,60 com receita de integração de suínos. Diante disto, torna-se possível a apuração do resultado, em que através do valor recebido total desconta-se o Funrural e os custos totais de produção de cada atividade desenvolvida. Portanto, a tabela 10 a seguir, tem o objetivo de demonstrar o resultado final da propriedade relativo as culturas da propriedade.

Tabela 10 – Demonstração do resultado da propriedade

	Pecuária Leiteira	Integração de suínos
Receita	99.236,42	52.814,60
(-) Funrural	1.488,54	792,22
(-) Custo Total de Produção	113.980,93	33.938,24
(=) Resultado	-16.233,05	18.084,14
(=) Percentual s/ resultado	-16,36%	34,24%

Fonte: elaborado pelo autor

Diante das informações apresentadas acima, evidencia-se que a atividade de integração de suinocultura, demonstra um resultado positivo, obtendo um percentual de lucro sobre a receita de R\$ 18.084,14, que representa o percentual de 34,24%. Em contrapartida, a produção leiteira com o resultado negativo de R\$ 16.233,05 que se refere a 16,36%. Este deve-se aos seus altos custos de produção, onde comprova-se que não é viável para a propriedade rural, assim ocasionando prejuízo para a propriedade. Nesse sentido, conclui-se que o processo de integração de suínos é a cultura que apresenta lucro, assim sendo a principal fonte de renda da propriedade se tornando a atividade mais rentável.

5. Conclusão

O presente estudo realizou-se com o intuito de obter o resultado de uma propriedade rural de economia familiar, em que desenvolve-se a atividade de pecuária leiteira e integração de suinocultura. A propriedade possui 15,1 hectares utilizadas para a elaboração das culturas, localizada no interior do município de Veranópolis-RS.

Para a realização do estudo foi necessário o levantamento de alguns dados, como o bens relacionados a cada atividade e os de uso em geral. Onde, a pecuária leiteira se utiliza de um patrimônio de R\$ 373.900,00 e a integração de suínos um total de R\$ 235.800,00 juntamente com os equipamentos e máquinas restantes, na qual as duas culturas necessitam totalizando um valor de R\$ 58.000,00, estes, servindo como base para apuração dos gastos como depreciação. Após isso, realizou-se a apuração dos custos fixos e variáveis, onde a gado leiteiro apresenta os gastos de R\$ R\$ 22.029,20 e R\$ 31.719,40 respectivamente e o suinocultura o valor de R\$ 2.700,00. Além disso, vincula-se o valor de R\$ 31.680,00, referente aos custos com a mão de obra.

Com as informações anteriores, os custos para de equipamentos máquinas de uso em geral e mão de obra passam por rateios proporcionais a setenta por cento para pecuária leiteira e quarenta por cento para a integração de suínos. Assim, sendo possível obter os custos totais de produção de R\$ 113.980,93 para o gado leiteiro e R\$ 33.938,24 referente a atividade da suinocultura, na qual esses valores são descontados juntamente com o imposto Funrural do valor total das receitas anual da propriedade, em que são respectivamente de R\$ 99.236,42 e R\$ 52.814,60 para as culturas estudadas.

Por fim, todas as informações a apuração do resultado nos apresenta um prejuízo de 16,36% no valor de R\$ 16.233,05 para a atividade de pecuária leiteira, em contrapartida um

lucro de 34,24% no valor de R\$ 18.084,14 para a integração de Suínos. Assim conclui-se que a atividade mais rentável da propriedade é a integração de suínos, apresentando resultado positivo.

O estudo realizado contribui imensamente para a propriedade rural, além do conhecimento adquirido no decorrer do processo. Através desse trabalho, pode-se servir para uma visualização da situação financeira de suas atividades, assim servir como base para a propriedade rural para análise e planejamento futuro, pois nunca havia sido realizado uma análise real da lucratividade das atividades da fazenda, além disso, utilizar como base para cálculos de análises de competências posteriores para avaliações,. Em âmbito acadêmico, destaca-se a importância da realização do trabalho, onde proporciona a busca por informações qualificadas, ocasionando em uma melhor compreensão dos conceitos detalhados.

Referências

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal. Exportação Brasileira de Carne Suína. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/agro/noticias/brasil-ja-exportou-3794-mil-toneladas-de-carne-suina-em-2023>. Acesso em: 27 de ago. 2023

Cervo, Amado, L. e Pedro A. Bervian. **Metodologia Científica**. 5º edição. Editora Pearson, 2002.

Crepaldi, Silvio, A. e Guilherme Simões Crepaldi. **Contabilidade de Custos**. 7ª edição. Grupo GEN, 2023.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Carne suína. Disponível em <https://www.embrapa.br/qualidade-da-carne/carne-suina>. Acesso em: 18 de ago. 2023

Gil, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª edição. Grupo GEN, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

Marconi, Marina de, A. e Eva Maria Lakatos. **Metodologia Científica**. 8ª edição. Grupo GEN, 2022.

Martins, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 11ª edição. Grupo GEN, 2018.

Padoveze, Clóvis L. **Contabilidade de custos**. Cengage Learning Brasil, 2014.

Ribeiro, Osni M. **Contabilidade de custos**. 9ª edição. Editora Saraiva, 2015.

Santos, Joel J. **Manual de Contabilidade e Análise de Custos**, 7ª edição. Grupo GEN, 2017.

Yin, Robert K. **Estudo de caso**. 5ª edição. Grupo A, 2015.